

O Patrimônio Natural e a Dinâmica Socioambiental no Vale do Ribeira: o caso do Município de Iporanga-SP¹

Jonas Justino dos Santos-USP²

Resumo

Este trabalho faz uma análise socioambiental da situação do município de Iporanga-SP (Vale do Ribeira), destaca a importância do papel do município no desenvolvimento de políticas públicas enfocadas no desenvolvimento local, levando em conta a incorporação da participação das comunidades no processo de implantação de políticas sociais e ambientais. Também enfoca a sua dinâmica socioambiental, os conflitos referentes à implantação de unidades de conservação e do uso e gestão do patrimônio natural¹, bem como, a atuação dos diversos atores sociais nestes processos.

Introdução

Dois aspectos definem a pobreza material no Vale do Ribeira: o desemprego e a baixa renda que condenam amplas parcelas da população à pobreza.

As ações do Estado para desenvolver o enorme potencial econômico da região, no qual o município de Iporanga-SP está inserido, representado pelo turismo e pela utilização sustentável do patrimônio natural (1), incluindo aí, a riquíssima biodiversidade representada pela Mata Atlântica, a presença de um rico patrimônio histórico-cultural e espeleológico, têm agravado os conflitos socioambientais no município com relação ao uso, ocupação e à gestão dos recursos naturais, enfocados numa dicotomia entre desenvolvimento econômico *versus* proteção ambiental.

¹-A geosfera resulta de uma complexa combinação de fenômenos naturais como: geológicos, geomorfológicos, climáticos, paleoclimáticos e pedológicos. Sobre esta base físico-territorial instalam-se processos biológicos também variados e articulados e dessa associação conforma-se o espaço que se define como meio natural, o qual atua como suporte dos processos sociais constituídos da formação territorial. Ao conjunto de estoques de recursos naturais depositados num dado meio atribui-se o nome de patrimônio natural. Este expressa a identificação do potencial de recursos à disposição do grupo humano que domina aquele espaço. Assim o patrimônio natural é um componente do território. (MORAES, 2000)

Após a implantação do PETAR (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira) e a implementação das leis ambientais para a proteção da Mata Atlântica começaram a haver inúmeros conflitos socioambientais em Iporanga. Estes estão intimamente ligados ao ordenamento do território municipal, pois quase a totalidade da área do município passa a ser enquadrada como área de preservação ambiental

Este fato gerou uma redução drástica das atividades econômicas ligadas à exploração dos recursos naturais como: o extrativismo mineral através da mineração de calcário e chumbo e o extrativismo vegetal através da retirada do palmito para conserva, levando, com isto, o município à estagnação econômica.

Também acentuou os conflitos socioambientais relacionados ao uso e ocupação das terras e à gestão dos recursos naturais regulados pelo Estado, pois algumas áreas como bairros residenciais e quilombos tornaram-se áreas de preservação.

Sendo assim, várias atividades fundamentais para a sobrevivência da população que habitam estas áreas foram restritas, como no caso da agricultura de subsistência, da caça, da utilização de áreas para a coivara, da ampliação de suas moradias e da falta de titulação da terra para os moradores que se encontravam nestas áreas antes da alienação deste território como área de preservação ambiental.

A escolha desta área justifica-se pelo sentido de se entender como acontecem as dinâmicas socioambientais nas relações entre os grupos sociais envolvidos na problemática em questão e como estes, através de suas ações configuram o uso do território do município de Iporanga. Este trabalho teve o sentido de analisar e compreender as ações, os conflitos e as disputas dos grupos sociais com relação à preservação ambiental, ao uso e gestão do território e dos recursos ambientais.

A unidade espacial de análise adotada nesta pesquisa para se analisar a diferente questão das relações e inter-relações das dinâmicas socioambientais é o município constituído de seu espaço social e de suas relações sociais

Diante da situação em que se encontra o município de Iporanga, onde 80 % de sua área geográfica é composta de espaços de preservação permanente, enquadrada em algum tipo de modelo de conservação, este fato inviabiliza a implementação de outros tipos de atividades econômicas (agrícolas e industriais) que não estejam envolvidas com o espaço da conservação.

O Patrimônio Natural

O Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR

O PETAR desempenha papel fundamental nas possibilidades turísticas do município por ser o seu maior atrativo. Sua origem está relacionada às visitas de naturalistas que freqüentavam a região do Vale do Ribeira (Alto Ribeira) no início do século XIX e que já indicavam a existência de belíssimas cavernas. Um pesquisador austríaco, Ricardo Krone, no final do século XIX, revelou a existência de 41 cavernas, além de sítios arqueológicos e paleontológicos. (SANTOS, 2002).

Já em 1906, realizou-se uma expedição organizada pela Comissão Geográfica e Geológica que encaminhou pedido de desapropriação de imóveis com presença de cavernas com vocação turística.

Em 1910, conforme Figueiredo, (2000), o governo do Estado São Paulo adquiriu oito delas através da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, tiveram grande importância nesta ação os estudos de Ricardo Krone e Edmund Krug que eram admiradores da região.

Em 1940 foi proposta a criação de um Parque Nacional abrangendo as cavernas do Alto Ribeira, por dois ilustres geólogos: Avelino Ignácio de Oliveira e Othon Henry Leonardos, sendo que este último tinha grande admiração pela região, pois realizou estudos sobre prata e chumbo, no período final de década de 1920 e início da década de 1930. (FIGUEIREDO, 2000).

O Engenheiro de Minas, José Epitácio Guimarães, em 1945, efetuou pesquisas minerais sobre chumbo e calcário na área do Morro do Chumbo em Iporanga, e nas horas vagas visitava as grutas da região conhecida como Caboclos. O seu interesse despertado pelas cavernas o levaria a propor, em 1946, a criação de um Parque Florestal no Alto Ribeira, visando à proteção destas cavidades naturais. (FIGUEIREDO, 2000).

Em 1956 foi feita a primeira proposta concreta de efetivação para a criação do Parque e após uma mobilização de órgãos públicos e a campanha do jornal "A Gazeta" o Parque foi criado pelo Decreto nº 32.283 19 de maio de 1958. O PETAR, efetivamente, passou a existir com a implantação do núcleo Caboclos, como base de pesquisa e

fiscalização e o órgão responsável pela sua administração, é o Instituto Florestal. (FUNDUNESP, 2000).

Na época de sua criação, o Parque foi delimitado e implantado somente no papel tornando as terras sob sua área inalienáveis. Já na década de 1970, conforme Bonduki, (2002), a área foi marcada por uma série de eventos, como a concentração de terras em mãos de particulares, grilagem, ocorrência de desmatamento, extrativismo de palmito e práticas extensivas. (BONDUKI, 2002).

Então, na década de 1980 o PETAR foi realmente implantado através da criação do núcleo Santana que recebeu infra-estrutura mínima marcando, assim, o início da visitação pública controlada.

Por ser um Parque Estadual, suas principais funções e objetivos, conforme Silva, (1987) apud Bonduki, (2002), são: conservar as amostras de ecossistemas em estado natural, a diversidade ecológica e o equilíbrio natural; preservar o patrimônio espeleológico; proteger espécies raras em perigo ou ameaçadas de extinção; conservar a produção hídrica, protegendo as bacias e os mananciais hidrográficos; administrar e manter serviços recreativos e de turismo; proteger locais de herança cultural, histórica, arqueológica e geológica; proteger e conservar belezas cênicas e áreas verdes; fomentar o uso racional de áreas pouco desenvolvidas e desenvolvimento integrado; dar educação, investigação, estudos e divulgação sobre os recursos e proteger totalmente os recursos naturais. A criação desta Unidade de Conservação (Ucs) objetiva especialmente resguardar as características naturais da região, como os últimos resquícios ainda bem preservados de Mata Atlântica, sua fauna, e em particular, o seu patrimônio espeleológico.

A presença do Estado (Instituto Florestal, Polícia Florestal) no município de Iporanga devido ao do Parque, tornou-se mais presente, havendo um avanço nas questões fundiárias, fiscalização contra os desmatamentos e fechamento de madeireiras, mineradoras e de fábricas de palmito, o que gerou uma queda na oferta de empregos no município e afetou a economia e a população local. (SANTOS, 2002).

Além do PETAR, outras unidades de conservação possuem áreas no município de Iporanga, entre elas podemos destacar o Parque Estadual de Jacupiranga, com seu núcleo principal localizado no município de Eldorado e apresenta como grande atrativo na região a

Caverna do Diabo, enquanto que no INTERVALES, sua sede principal encontra-se no município de Ribeirão Grande.

Apesar destas duas unidades de conservação possuírem áreas no município de Iporanga, não há atrativos abertos à visitação, concentrando as atividades turísticas nas suas respectivas sedes; por este motivo o PETAR representa uma unidade de conservação que atrai um grande número de turistas ao município de Iporanga.

O Parque possui vários atrativos como rios, vales, cachoeiras, fauna e flora diversificada e a presença de um rico patrimônio espeleológico.

O Patrimônio Espeleológico

Com 13,04% das cavernas brasileiras, São Paulo é o quarto estado em número de cavernas ficando atrás da Bahia, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais; a grande maioria localiza-se no Vale do Ribeira. Somente o PETAR, no município de Iporanga concentra 197 destas cavernas (quase 50 % do total).

Formada há mais de 510 milhões de anos, as cavernas ocorrem em formações rochosas calcárias do período pré-cambriano superior. Apresentam aspectos bastante pitorescos e interessantes em seu interior, tais como espelotemas, restos arqueológicos e fósseis.

As grutas sempre despertaram, desde o tempo de Heródoto, enorme curiosidade e sempre foram motivo de investigação por parte de estudiosos; as cavernas chamam a atenção pelo fato de apresentarem alguns aspectos fantasmagóricos, deslumbrantes e pitorescos de suas ornamentações, ressaltado pela luz artificial daqueles que nelas adentram. (GUIMARÃES, 1969).

Possuem também fascínio e interesse pelos registros deixados por antigos povos, através de pinturas rupestres encontradas em várias delas.

As cavernas guardam preciosos documentos que auxiliam a compreender toda a história da Terra, como as múltiplas alterações do relevo, as mudanças climáticas, a evolução da fauna e a própria história humana que deixaram nas cavernas importantes vestígios que foram preservados durante milhões de anos. (LINO, 1989).

O município de Iporanga, localizado no Alto Ribeira, apresenta uma das maiores províncias espeleológicas do Brasil, com mais de 250 cavernas cadastradas, destacando-se

,entre elas, a caverna de Santana, uma das mais ornamentadas do Estado, e a caverna Casa de Pedra que possui um dos maiores pórticos de entrada do mundo com 215m de altura (KARMAN, 1983). O Parque Turístico do Alto Ribeira (PETAR), e se encontra em uma área onde aflora o embasamento carbonático que possui características típicas de relevos cársticos como: sumidouros, colinas, abismos, torres de pedras e cavernas em vales fechados e com drenagens de alta e média densidade.

Este conjunto de cavernas constitui um patrimônio natural e científico de grande relevância para o Estado de São Paulo e para o país.

A caverna de Santana é atualmente a mais visitada do município, possui 5.600 m de desenvolvimento, está constituída por uma intrincada malha de galerias, por onde escoo o rio Roncador. É ricamente ornamentada, com espelotemas de rara beleza e delicadeza. Possui uma infra-estrutura para visitação turística com corrimões, escadas e pontes e seu acesso só pode ser feito por guias autorizados do parque e monitores ambientais da região que passaram pelo curso de formação de monitores.

Estas cavernas foram descritas e estudadas por naturalistas e entre eles podemos citar Ricardo Krone que desenvolveu importantes trabalhos de Paleontologia na região do município e descreve a sua fascinação e curiosidade diante destas cavidades. Ele faz um comentário da caverna Santo Antonio, também conhecida como Casa de Pedra.

“A origem do nome da caverna de Santo Antonio prova o poder que a superstição exerce sobre os sertanejos e caçadores, que por tradição ou por acaso conheceram a entrada da gruta e que tiveram a coragem de ahi entrar até onde a luz do dia os guiava, acharam em um dos stalagmites transferíveis, como descrevi da caverna secca da Casa de Pedra, tanta semelhança com uma imagem de Santo Antonio, que trataram de leval-lo com sigo para o seu bairro. O santo de calcito pesava muito e estando as passagens do Rio Iporanga bastante penosas não alcançaram a povoação e deixaram a columna depositada no matto. Durante a noite seguinte formou-se e desaguou grande tempestade, que como sempre, seguida de cheias dos rios ameaçava de destruir todas as plantações das várzeas e os moradores fazendo-se escrúpulos do roubo da columna ferverosamente prometeram ao Santo Antonio de transportar o stalagmite para seu antigo lugar, o que se effectuou porque Santo Antonio ouviu as preces do povo”.(KRONE, 1898:495) .

As cavernas mais visitadas na região do Alto Ribeira encontram-se no PETAR e estão localizadas no Vale do Betari, o qual apresenta também outros atrativos como as cachoeiras do rio Betari e seu próprio curso, que em algumas partes formam represas e belas corredeiras.

Dentre as cavernas mais visitadas podemos destacar as que se encontram no interior do parque como a caverna Água Suja. Esta cavidade compõe-se essencialmente de um córrego subterrâneo (Córrego Água Suja) que recebe dois afluentes intermitentes.

Há também cavernas fora do núcleo do parque que recebem intensa visitação como a Lage Branca que está localizada na região do Lageado, essa caverna é cortada por uma antiga estrada que servia as atividades de mineração.

Patrimônio Natural e Conflitos Socioambientais

Com a implantação do PETAR no município de Iporanga não foram consideradas as populações que habitavam estas áreas, as quais alienadas como áreas de preservação permanente pelo Estado, pois, existem várias famílias residentes historicamente em áreas internas do Parque, que em sua maior parte são constituídas de populações tradicionais, posseiros e caseiros de terceiros, que devido à sua antiga ocupação e modo de vida relacionado ao uso dos recursos naturais, utilizavam estas áreas para o plantio de suas roças e extrativismo vegetal e caça.

Num primeiro plano a implantação do PETAR está inserida dentro de uma lógica conservacionista, pois está enquadrado dentro de uma categoria de manejo como Unidade de Proteção Integral, deste modo só é admitido o uso indireto dos seus recursos naturais, ou seja, através da preservação dos ecossistemas de grande importância ecológica e cênica, o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, a realização de pesquisas científicas e o turismo ecológico.

Este fato denota o enquadramento do Parque dentro de uma ótica onde há uma separação do homem da natureza, com relação à conservação dos recursos naturais, ou seja, a implantação do paradigma conservacionista.

Esse paradigma, segundo Peluso, (1993), apud Pretty e Pimbert, (2000), enfatiza os valores ecológicos e comerciais da biodiversidade e, somente de forma secundária, os

valores de subsistência das quais a população local depende para o seu bem-estar. O resultado é que estratégias conservacionistas coercitivas, apoiadas por interesses externos privados e ideologias superficiais, podem ser ampliadas ainda mais para proteger a vida selvagem com as finalidades de turismo e “pesquisa científica”.

Essas tendências podem servir a interesses econômicos e políticos de governos dos países em desenvolvimento, mas a eficácia, em longo prazo, dessa estratégia conservacionista é questionável, bem como a ética de seu enfoque militarista.

As unidades de conservação (Ucs) propostas no Brasil não levaram em conta a questão da legitimidade do padrão de política de conservação adotado, seja no âmbito federal, seja no estadual. Isso foi resultado de um processo arbitrário de tomada de decisões, cujos atores partiam da suposição de que a conservação de remanescentes florestais não seria um direito reivindicado pelas coletividades que vivem e moram nos limites territoriais de suas esferas de atuação. (FERREIRA, 2001).

Conforme Arruda, (2000), o maior problema com relação à permanência em unidades de conservação das populações “tradicionais”, isto é, das que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão-de-obra familiar, tecnologias de baixo impacto, são derivadas de conhecimentos patrimoniais e, habitualmente, de base sustentável. (ARRUDA, 2001).

Essas populações caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes, em geral ocupam a região há muito tempo, não têm registro legal da propriedade privada ou individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual da terra, sendo o restante território encarado como área de uso comunitário, com seu uso regulamentado pelo costume e normas compartilhadas internamente. (ARRUDA, 2001).

A criação de Ucs é baseada na noção de “territorialidade da biodiversidade”, orientada por princípios validados cientificamente, e vista como uma questão em separado das questões inerentes ao território social onde as Unidades se inserem.

As delimitações definitivas, consagrando a institucionalização do espaço e a conseqüente construção de um entorno, corresponde a uma outra lógica, a lógica da conservação cujas regras de apropriação do espaço se dão através do uso indireto dos

recursos natural, se contrapondo às dinâmicas de uso e apropriação do espaço enquanto espaço social imerso no território.(SIMON, 2004).

O PETAR representa a institucionalização do espaço e de seus recursos ambientais pelo Estado, em contraposição ao espaço social historicamente construído antes de sua implementação, ou seja, a sua delimitação tem como objetivo a institucionalização do espaço, para a delimitação de um território voltado para conservação, sendo relativamente excluída a realidade social, econômica, política e cultural, inerentes ao território e à população que o habita.

Com o estabelecimento de novas regras e do uso e apropriação dos recursos naturais, evidenciam-se os conflitos socioambientais, como o fato da população estar sujeita a novas regras que vão restringir, e até mesmo proibir, a utilização destes recursos e vão levar estes atores sociais a se mobilizarem frente a esta agressão.

Esse contexto pode ser verificado em todo o município de Iporanga, porém ele se destaca mais em alguns bairros como: o Bairro da Serra e o Bairro Ribeirão, os quais possuem áreas dentro dos limites do parque, e as populações destes bairros habitavam estas áreas antes da implantação do PETAR.

As cavernas e os conflitos relacionados ao seu uso

As cavernas podem ser utilizadas como um importante recurso ambiental para o desenvolvimento do município de Iporanga, se elas forem bem utilizadas através de atividades ligadas ao turismo, principalmente no segmento do ecoturismo.

A existência de cavernas turísticas é normalmente um meio importante de se divulgar a espeleologia e garantir a preservação do patrimônio espeleológico como um todo. Além disso, esses atrativos podem representar recurso de importância econômica para a região e até mesmo um incentivo à implantação efetiva de parques e outras unidades de preservação em áreas de cavernas (LINO, 1989).

Contudo, no ato de utilizar uma caverna para uso turístico não se deve levar em conta a concepção principal de apenas o turismo tradicional, e sim sua conservação, tendo como objetivo a manutenção do equilíbrio ambiental, acima de sua comercialização.

Os diversos efeitos do turismo em cavernas, como a deterioração e o desgaste das rochas, espeleotemas, aquecimento geral, poluição química, térmica, visual, bem como impactos generalizados no ambiente espeleológico, não podem servir de pretexto para impedir ou descaracterizar o exercício turístico. Muito pelo contrário, devem servir como pontos de reflexão ao abandono de algumas práticas que obrigatoriamente conduzem a tais situações, de forma que as mesmas sirvam de subsídios e experiências para a valorização e proteção do patrimônio espeleológico. (MARRA, 2004).

Embora tanto o turismo eventual quanto o de massa apresentem problemas comuns no que tange à degradação do ambiente cavernícola, há que se fazer uma distinção entre eles para uma visão mais adequada do assunto.

Pois conforme Lino, (1989), o turismo irregular é normalmente responsável por quebra de estalactites, inscrições nas paredes das cavernas, poluição por lixo e pisoteio nas ornamentações do solo. Já no turismo institucionalizado estas questões são, em geral, mais bem controladas, embora outros problemas sejam criados pelo grande número e constância de visitantes.

A utilização do patrimônio natural (cavernas), como recursos turísticos, obriga a elaboração de um planejamento que organize e racionalize este processo e que englobe a comunidade na participação das decisões; estas, embasadas com estudos científicos, assegurando o desenvolvimento econômico e social, baseado na sustentabilidade dos recursos com a finalidade de melhorar a qualidade de vida da comunidade e do município.

Este planejamento da evolução do turismo no município deve focar o desenvolvimento sustentável da atividade, apresentando-se como forma preventiva ideal para a proteção dos atrativos naturais visitados, conservando o equilíbrio ecológico e oferecendo conforto e satisfação ao turista, minimizando assim, ao máximo, os impactos negativos decorrentes desta atividade, sem agredir a originalidade da comunidade local.

Há que se ter em mente o papel educativo que essa visitação pode cumprir se realizado com os necessários cuidados em benefício da conscientização da preservação do patrimônio espeleológico (LINO, 1989).

Se não forem realizadas medidas preventivas, o processo evolutivo do turismo, segundo Ruschman, (1997), que se dá em forma de “ondas”, leva à descoberta de espaços seguida de grande ocupação, levando à degradação desses espaços, onde se destroem os

recursos que condicionavam e proporcionavam o turismo. Esses espaços perdem valor e passam a serem substituídos por outros novos.(RUSCHMAN, 1997).

No município de Iporanga, um dos fatores importantes para o desenvolvimento da atividade turística na visitação das cavernas e de outros atrativos foram os cursos de formação de monitores ambientais que formaram vários monitores ambientais locais.

Estes cursos foram promovidos por instituições públicas e pela sociedade civil organizada, tendo como objetivos a capacitação e o envolvimento da população local na implementação de roteiros ecoturísticos para a região, voltados para a geração de empregos e renda.

Este aspecto tem fortalecido a comunidade local principalmente os mais jovens que fazem o curso, pois além de gerar renda, ele fixa o jovem ao seu lugar, evitando assim a emigração para outras cidades como São Paulo, Campinas e Sorocaba em busca de empregos, pois geralmente estas pessoas que saem de seu lugar de origem são excluídas da vida social nas grandes cidades, não encontrando emprego e vivendo em condições precárias em favelas.

Este tipo de organização da população vai criar conflitos referentes à utilização destes recursos ambientais. As atividades ligadas à visitação de cavernas e a monitorias vão gerar conflitos referentes ao uso turístico das cavernas as quais se estabelecerão entre os monitores locais e os órgãos estatais que regulam esta visitação.

Os monitores reivindicam a abertura de novas cavidades para a visitação, pois acham que isto incrementaria o número de atrativos aumentando a renda dos monitores.

Apesar de haver alguns problemas referentes à monitoria ambiental com relação à visitação de turistas nas cavernas, ela continua sendo um aspecto importante para a capacitação da comunidade referente à atividade turística, além de ser um fator de inclusão social dos mais jovens. Ela poderia ser, contudo, mais aprimorada através de um acordo com a direção do Parque, pousadas, monitores e órgãos governamentais procurando realizar um melhor manejo das cavernas do parque e do município.

Nesse contexto, é importante frisar que não se pode desestimular e limitar a monitoria ambiental, pois já houve uma criminalização da população que habita estas áreas com relação à implantação do PETAR e às leis ambientais que impuseram várias restrições

à sobrevivência desta, uma vez que a grande parte dos monitores ambientais que trabalham com o turismo hoje já foram ex-palmiteiros.

Outro aspecto que fica evidenciado na problemática em questão é a total falta de investimentos e projetos por parte do Estado no sentido de programar novos atrativos que poderiam dinamizar o turismo no município, além de aumentar os recursos materiais e humanos necessários para a manutenção, controle e monitoramento desta visitação.

Não há plano de manejo no parque, fato este que seria primordial para regulamentar a visitação e o uso dos atrativos naturais. Seria necessária, entretanto, a participação da comunidade na elaboração deste, a fim de evitar possíveis conflitos e também mostrar a elas as áreas que teriam que ser restritas às visitas turísticas devido a sua fragilidade e que não comportariam uma visitação, no intuito de mostrar a importância da preservação destas áreas. Mas devido à falta de recursos financeiros e de equipe técnica não aconteceu a realização do plano de manejo.

Portanto, se a visitação turística for bem planejada, implantada e monitorada ela contribuirá para a construção da sustentabilidade através da geração de emprego, fixando o homem em sua região, evitando êxodo rural e ajudando na preservação do patrimônio natural e na melhoria das condições de vida da população do município.

Porém este fato deve estar ligado a uma maior interação entre os atores sociais envolvidos (comunidade, Estado, Ongs, universidades) na problemática aqui destacada e a necessidade da criação de uma agenda política que promova o desenvolvimento local, focado principalmente no combate às desigualdades sociais e à pobreza.

Conclusão

Diante deste quadro, o significativo potencial de Iporanga que contém em sua identidade territorial um rico patrimônio natural e levando em consideração, a inclusão da população local na participação dos processos de decisão e na atuação de uma administração municipal comprometida com o desenvolvimento econômico local, abrindo-se assim, uma perspectiva de melhorar os aspectos sócio-econômicos do município que apresenta um dos piores índices sócio-econômicos do Estado de São Paulo.

Porém este fato deve estar atrelado a uma mudança de visão baseada na racionalidade capitalista dominante, da lógica do mercado, da homogeneização da cultura, da exclusão social e a degradação dos recursos ambientais para uma outra lógica baseada numa racionalidade ambiental.²

A participação das populações locais no manejo de áreas protegidas (planejamento ambiental participativo) deve ser realmente legítima, autêntica e válida, e implicar no acesso real das decisões, isto é, de forma que o poder possa ser redistribuído.

De outro modo, fica como um simples exercício retórico ou como uma manipulação demográfica. Para que a participação seja viável, ela tem que ser considerada como um processo através do qual as comunidades locais possam desenvolver sua capacidade de gestão, nem que para isso, todos os atores envolvidos tenham que aprender e se capacitar.

2-Esta racionalidade ambiental não é a extensão da lógica do mercado à capitalização da natureza, mas resultante de um conjunto de significações, normas, valores, interesse e ações socioculturais; é a expressão do conflito entre o uso da lei (do mercado) por uma classe, a busca do bem comum com a intervenção do Estado e a participação da sociedade civil num processo de reapropriação da natureza, orientando seus valores e potenciais para um desenvolvimento sustentável e democrático (LEFF, 2004)

Notas:

¹ **Processos de interação sociedade e natureza.**

² **Geógrafo, Doutorando. em Geografia Física - USP**

Email: johnnycave@uol.com.br

Referências Bibliográficas

AJARA, César; **A Abordagem Geográfica: suas Possibilidades no Tratamento da Questão Ambiental.** In: MESQUITA, Olinda Viana Silva (coord.). **Geografia e a Questão Ambiental.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Rio de Janeiro, 1993.

ALBAGLI, S. **Globalização e Espacialidade** In: CASSIOLATO, Eduardo et al (org). **Globalização & Inovação Localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul.** Brasília. IBICT/MCT, 1999

ARRUDA, Rinaldo S. V. **“Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de conservação.** In: DIGUES, Antonio Carlos Sant’Ana (org) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** Ed, Hucitec. São Paulo, 2000

BRAGA, Roberto. **Planejamento Regional no Estado de São Paulo: A experiência do Vale do Ribeira nas décadas de 1970 a 1980.** São Paulo, 1998, 226 pp Tese de Doutorado - FFLCH, Universidade de São Paulo

FERREIRA, Lucia Costa et al. **“Conflitos sociais em Áreas Protegidas no Brasil: Moradores, ONGS no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP”** apresentado no X Congresso Brasileiro de Sociologia, Fortaleza, 2001.

GOMES, Laura Jane. **Conflitos entre a Conservação e o Uso da Terra em Comunidades Rurais no Entorno do Parque Nacional da Serra da Bocaina: Uma Análise Interpretativa.** Tese de Doutorado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável FEAGRI/UNICAMP. Campinas, 2002

LE BRENT.M. **Estudos Espeleológicos no Vale do Alto Ribeira.** Bol IGC,nº47 pg 77-123.São Paulo,1966

LINO. C.F.**Cavernas o Fascinante Brasil subterrâneo.** Ed. Arcos, São Paulo, 1989.

_____.**Manejo de Cavernas para Fins Turísticos. Base conceitual Metodológica.** São Paulo, 1976

LITTLE, Paul E. **A Etnografia dos Conflitos Sociais: bases metodológicas e empíricas no Brasil.** Paper apresentado Indaiatuba, 2004.

MARRA, Ricardo José Calembó. **Cavernas-Patrimônio da União. Proteção Constitucional de um Recurso Ambiental.** Paper apresentado no 8º Congresso Internacional de Direito Ambiental. São Paulo, 2004

NOVAES, Ricardo Carneiro. **Desenvolvimento Sustentável na Escala Local; a agenda 21 local como estratégia para a construção da Sustentabilidade.** Dissertação de Mestrado. IFCH. UNICAMP. Campinas, 2001

PETRONE, Pasquale. **A Baixada do Ribeira: estudo de geografia humana** Boletim 283. FFLCH/USP. São Paulo, 1966

PRETTY, Jules N. & PIMBERT, Michael P. **Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo “Participação” no Manejo de áreas Protegidas.** In DIEGUES, Antonio Carlos (org). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** Ed. Hucitec. São Paulo, 2000

RUSCHMAN, Doris Van. Planejamento e ocupação do território através da expansão da atividade turística: condicionamentos básicos a partir da questão ambiental. In. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente.** Ed. Papirus. Campinas, 1997

SANTOS, Jonas Justino. **Impactos Socioambientais do Ecoturismo: Estudo sobre o Bairro da Serra no Município de Iporanga-Vale do Ribeira-SP.** Trabalho de conclusão do curso de Geografia Modalidade-Bacharelado, Rio Claro, 2002

_____ **Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável: o caso do Bairro da Serra no Município de Iporanga-Vale do Ribeira-SP.** Trabalho de iniciação científica. FAPESP. Rio Claro, 2000